

Ata nº 52 / XIII / 2.ª SL

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro de 2016, pelas dezasseis horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiros, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

Ordem do Dia:

1. Informações gerais

2. Apreciação e votação do parecer da Proposta de Lei n.º 36|XIII|2ª – Aprova as Grandes Opções do Plano para 2017

- **Deputada autora do parecer:** Joana Lima

3. Apreciação e votação do parecer da Proposta de Lei n.º 37|XIII|2ª – Aprova o Orçamento de Estado para 2017

- **Deputado autor do parecer:** José Cesário

4. Apreciação e votação do parecer da Proposta de Resolução n.º 21/XIII/2ª - Aprova o Protocolo adicional à Convenção sobre os Direitos Humanos e a Biomedicina, relativo à Investigação Biomédica, aberto à assinatura em Estrasburgo, em 25 de janeiro de 2005.

- **Deputado autor do parecer:** Ricardo Batista Leite - PSD

5. Apreciação e votação do parecer da Proposta de Resolução n.º 22/XIII/2ª - Aprova o Protocolo Adicional à Convenção sobre os Direitos Humanos e a Biomedicina, relativo à Transplantação de Órgãos e Tecidos de Origem Humana, aberto à assinatura em Estrasburgo, em 24 de janeiro de 2002.

- **Deputado autor do parecer:** Ricardo Batista Leite - PSD



6. Apreciação e votação do Relatório da COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO EUROPEU E AO CONSELHO novas iniciativas operacionais na cooperação entre a UE e a Turquia no domínio da migração **COM(2016)166**

- **Deputada Relatora:** Isabel Santos - PS

7. Apreciação e votação do Relatório da COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO EUROPEU E AO CONSELHO dar cumprimento à Agenda Europeia para a Segurança para combater o terrorismo e abrir caminho à criação de uma União da Segurança genuína e eficaz **COM(2016) 230**

- **Deputado Relator:** Ascenso Simões – PS

8. Apreciação e votação do Relatório da Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 539/2001 que fixa a lista dos países terceiros cujos nacionais estão sujeitos à obrigação de visto para transporem as fronteiras externas e a lista dos países terceiros cujos nacionais estão isentos dessa obrigação (Turquia) [COM\(2016\)279.](#)

- **Deputada Relatora:** Isabel Santos – PS

9. Análise e decisão sobre o escrutínio da iniciativa selecionada pela CAE:

COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO EUROPEU E AO CONSELHO Terceiro Relatório sobre os progressos realizados na aplicação da Declaração UE-Turquia **COM(2016) 634.**

Deputado Relator: PSD

RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO
Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre a Decisão

de Execução do Conselho, de 12 de maio de 2016, que estabelece uma recomendação quanto à realização de controlos temporários nas fronteiras internas em circunstâncias excecionais que ponham em risco o funcionamento global do espaço Schengen **COM(2016) 635**.

Deputado Relator: PS

10. Análise das propostas de Plano de Atividades da Comissão para a 2.^a Sessão Legislativa

11. Outros assuntos

Iniciada a sessão, presidida pelo Senhor **Deputado Sérgio Sousa Pinto**, foram prestadas, no âmbito do **Ponto 1**. da OD, as seguintes informações:

- Na sequência da apresentação de requerimentos personalidades sobre a “Cimeira das Lajes”, foi feito um ponto de situação, pondo a Comissão ao corrente, designadamente, das *démarches* já efetuadas. Foi transmitido à Comissão o pedido formulado pelo Dr. Jorge Sampaio o seu pedido, verbalizada junto do Senhor Presidente da Comissão, no sentido de que, atenta a indisponibilidade das restantes personalidades convidadas, pudesse ser dispensado da audição. Relativamente ao teor das cartas recebidas na Comissão, da parte do Dr. Paulo Portas, Dr. Durão Barroso, e Dr. Martins da Cruz, endereçadas à Comissão solicitando indisponibilidade para comparecerem perante a Comissão, em tempo transmitidas aos Grupos Parlamentares com assento na Comissão, intervieram os seguintes Deputados:

João Oliveira (PCP), para lamentar o teor das carta de indisponibilidade e a recusa em colaborar com o Parlamento, denegatória da função d escrutínio parlamentar. Referiu que a inexistência do dever de comparência não deve apagar as ilações políticas a retirar. Relativamente ao pedido do Dr. Jorge Sampaio, nada quis referir por não ter o PCP solicitado a sua audição.

Isabel Santos (PS), que igualmente lamentou a indisponibilidade das referidas personalidades, que considerou incompreensíveis, sendo que a Assembleia da



República, a esse propósito, nada pode fazer. E assinalou a diferença de procedimento do Dr. Jorge Sampaio que desde cedo se disponibilizou para comparecer.

José Cesário (PSD), para registar a posição do PCP acerca desta matéria. Referiu o merecimento de quaisquer comentários às recusas manifestadas, nada opondo á dispensa do Dr. Jorge Sampaio.

Pedro Filipe Soares (BE), que considerou as recusas como atentados á melhor ética republicana, a qual não sai consumida pela inexistência jurídica de obrigatoriedade de comparência, em claro contraste com a elevada posição manifestada pelo Dr. Jorge Sampaio.

Interveio o Senhor **Presidente da Comissão** para manifestar o incómodo pelo facto dos pedidos apresentados terem sido rejeitados, embora tenha manifestado um certo alívio por entender que este caso poderia abrir um precedente político-parlamentar de difícil conjugação para futuro. Manifestou, ainda, dúvidas acerca dos resultados a que esta *démarche* poderia conduzir, relativamente a uma temática com mais de 12 anos e já avaliada em sede eleitoral.

- A Comissão de Defesa Nacional veio sugerir uma audição conjunta da 2.^a, 3.^a e 4.^a Comissões com os Ministros dos Negócios Estrangeiros, e da Defesa Nacional, e Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, acerca do Plano de Implementação Estratégico de Defesa da UE.

Foi confirmado o interesse e fixada, por unanimidade, como data preferível de 5 de dezembro próximo.

- O MNE solicita a revisão de algumas datas de realização das audições regimentais anteriormente previstas, da forma que segue:

18/01, 4.^a feira de manhã (anteriormente, 13 de dezembro, 3.^a-feira);

15/03, 4.^a feira de manhã (anteriormente, 14 de março, 3.^a feira);

27/06, 3.^a feira, à tarde.

Interveio o Senhor **Presidente** que invocou os antecedentes acerca de audições regimentais, manifestando, assim, preferência pela manutenção da prática parlamentar da Comissão, em efetuar audições às terças-feiras, da parte da tarde.

Acerca deste tema, intervieram ainda os seguintes Deputados:



José Cesário (PSD), para manifestar o seu veemente protesto, pois já havia adquirido bilhetes e assumido compromissos com as comunidades portuguesas e efetuado os correspondentes ajustamentos de agenda, em função das propostas anteriormente sugeridas pelo MNE e que haviam já sido aceites.

Isabel Santos (PS), que apelou ao esforço de conciliação de agendas, atento o peso da que a do MNE efetivamente possui.

Nuno Magalhães (CDS/PP), para referir que as audições regimentais devem ser mantidas às terças-feiras, á tarde, devendo solicitar-se o correspondente ajustamento junto do MNE, pois as quartas-feiras apenas podem ser pra tal utilizadas a título excecional.

Carla Cruz (PCP), para sublinhar a necessidade de conhecer a justificação dos ajustamentos solicitados pelo MNE. No caso do PCP, lembrou que a quarta-feira é dia de sessão ordinária da Comissão de Saúde de que igualmente faz parte, pelo que preferiria a solução tradicionalmente adotada para a Comissão de Negócios Estrangeiros.

Pedro Filipe Soares (BE) para acompanhar a posição genericamente assumida por todos os Grupos Parlamentares com assento na Comissão. Porém, caso se mostrem absolutamente necessários os ajustamentos solicitados, nada oporá.

Interveio o Senhor **Presidente** para lembrar que já durante o mandato do anterior MNE chegou este a cancelar reuniões no estrangeiro para comparecer a audições regimentais, tendo lembrado que a vinda à Comissão é ordinária e resulta diretamente de imposição legal, optando por manter a posição institucionalmente manifestada do antecedente, salvo por ocorrência de motivos de ordem excecional, os quis, no caso presente, não parece ocorrerem.

Interveio o Senhor **Deputado Ascenso Simões (PS)**, para sugerir o estabelecimento de contactos diretos entre os coordenadores e o MNE, em vista do concreto apuramento da motivação este pedido de reajustamento, tendo em consideração, designadamente, a necessidade de conjugação com outros compromissos parlamentares.

Interveio o Senhor **Deputado José Cesário (PSD)** para manifestar a sua concordância com a posição transmitida pelo Senhor Presidente, bem como a disponibilidade do PSD para ajustar as melhores soluções, tendo questionado para que data estaria prevista a audição do Senhor Secretário de Estado das Comunidades.



Interveio o Senhor **Deputado Nuno Magalhães (CDS/PP)**, para concordar com a posição manifestada pelo Senhor Presidente e acompanhar a pergunta atrás formulada pelo PSD.

Tomou a palavra o Senhor **Presidente** para informar que a audição do Senhor Secretário de Estado, requerida pelo PS foi alterada para o próximo dia 23 de novembro, 4.ª feira, pela manhã, após conciliação de agendas.

Interveio a Senhora **Deputada Isabel Santos (PS)**, sugerindo que os Serviços elaborassem uma nota a remeter ao Gabinete do ME, sublinhando a prática da Comissão relativamente a datas de realização de audições, vincando a excecionalidade de situações outras que não as de realização das sessões às terças-feiras. Defendeu, ainda, que a audição do Senhor Secretário de Estado devesse ter lugar no dia 22 de novembro.

Interveio o Senhor **Deputado Pedro Filipe Soares (BE)**, para explicar o espírito que presidiu à Conferência de Líderes, onde foi concretamente discutida a data desta audição, tendo lembrado, ainda, que a terça-feira em causa foi reservada para preparação do debate orçamental, pelo que, e como é habitual, não decorrerão sessões das Comissões Parlamentares.

Interveio o Senhor Deputado Nuno Magalhães (CDS/PP), para a posição transmitida pelo anterior interveniente.

Finalmente, propôs o Senhor **Presidente** que se elaborasse a nora sugerida pela Senhora Deputada Isabel Santos, no que foi unanimemente acompanhado por todos os deputados presentes.

- Seguidamente, foi dado conhecimento formal do pedido de audiência da Plataforma de Advogados contra Adoções Forçadas no Reino Unido (dados documentais já distribuído a todos os Deputados). Ficaram mandatados os serviços da Comissão para ajustar diretamente com a Plataforma, uma data para a referida audiência, a qual deverá ocorrer numa 3.ª feira, dia de sessão ordinária da Comissão.
- Relativamente às audições dos Embaixadores recém-nomeados para postos diplomáticos em países europeus, foi a Comissão informada do convite formalmente



endereçado à CAE, para participar naquelas que impliquem na comparência de dignitários colocados em países da União Europeia, procedimento que mereceu a concordância de todos os Deputados presentes. Mais informou o Senhor Presidente estarem previstas 16 audições a embaixadores de Portugal no estrangeiro.

Ponto 2.

Preliminarmente, e dado não ter sido cumprido o prazo de 24 horas de antecedência para divulgação do documento, o Senhor **Presidente** colocou à consideração da comissão a sua apresentação e discussão. Não tendo existido oposição por parte de nenhum Deputado, foi concedida palavra á Senhora **Deputada Joana Lima (PS)** para apresentação do Parecer acerca da Proposta de Lei que aprova as Grandes Opções do Plano para 2017. Começou a Autora por solicitar aos Serviços que efetuassem algumas correções ao texto enviado para distribuição. Após a apresentação, que incidiu fundamentalmente na parte referente ao orçamento correspondente à atividade do Ministério dos Negócios Estrangeiros, emitiu opinião no sentido de que a Proposta reunia condições para ser remetida à Comissão de Orçamento e Finanças, para os fins que são devidos.

Interveio o Senhor **Deputado José Cesário (PSD)** para felicitar o trabalho efetuada pela Autora em tempo recorde, para mais, em matéria onde a informação de suporte técnico não abundou.

Submetido a votação, o Parecer seria aprovado por unanimidade dos Deputados presentes, tendo-se registado a ausência do CDS/PP.

Ponto 7.

Foi solicitada pelo Senhor **Presidente**, a pedido do Autor, a antecipação da apresentação do Relatório aludido em 7. da OD. Nada tendo sido obstado, foi concedida a palavra ao Senhor **Deputado Ascenso Simões (PS)**, que começou por enquadrar a Comunicação em causa, material e temporalmente. Sinalizou o facto de, embora apresentada com a intenção de reforçar o Sistema Schengen, não passa a mesma da pretensão de incrementar no terreno a operabilidade de uma Guarda Costeira europeia, o que sustentou seguidamente, escalpelizando formal e materialmente o teor da comunicação. Emitiu opinião dura e pouco



otimista relativamente á evolução do Espaço Schengen, mesmo sabendo não ser a perfilhada pelo seu Grupo Parlamentar. E terminou, fazendo notar o seu entendimento de que o Relatório que elaborou reúne condições para ser remetido á Comissão de Assuntos Europeus, esperando que o seu trabalho não venha ser de algum modo consumido pela posição censória que a referida Comissão parece querer assumir em detrimento das restantes.

De seguida, intervieram os seguintes Senhores Deputados:

Paula Teixeira da Cruz (PSD) que salientou o facto de o cibercrime estar minorizado no plano apresentado pela Comissão Europeia, tal como referiu o Relator. Propôs duas alterações ao texto apresentado e felicitou o seu autor pelo trabalho produzido.

Pedro Filipe Soares (BE) que começou por felicitar o trabalho apresentado pelo Relator, culminado com a emissão de opinião, o que é sempre de valorizar. Relembrou que o BE não tem a mesma visão da Europa e do seu projeto. No entanto, a situação da Europa é de tal modo má que consegue identificar pontos de contacto com as posições expressas no relatório sob análise. Realçou a crescente redução de liberdades individuais e direitos fundamentais à conta da pretensa luta contra o terrorismo, recusando a abordagem profunda do problema, bastando para tal atentar na forma como está a funcionar o Grupo de Visgado. Anunciou que votará contra o Relatório, pois a Europa caminha no sentido errado.

Carla Cruz (PC) que, em nome do seu Grupo Parlamentar, cumprimentou o autor pelo trabalho produzido, até pelo detalhe colocado na sua elaboração. Lembrou que esta Agenda apenas pretende instituir uma agência europeia dedicada à segurança, tendo salientado que os fatores profundos que favorecem a radicalização não são abordados neste documento europeu. De seguida, manifestou profundas dúvidas relativamente ao respeito do princípio da subsidiariedade e da proporcionalidade que parecem desrespeitados nesta proposta. E anunciou que o PCP votará contra, por discordar com o conteúdo da Agenda Europeia.

Ascendo Simões (PS), para agradecer as considerações feitas ao seu Relatório que reputou de muito importantes do ponto de vista parlamentar. E aceitou as sugestões feitas pela Senhora deputada Paula Teixeira da Cruz acerca da questão do cibercrime.

Submetido a votação, o Relatório foi aprovado por maioria, com votos favoráveis dos Deputados do PSD e do PS, votos contra dos deputados do BE e do PCP, tendo-se registado a ausência de representantes do CDS/PP.

Ponto 3.

Foi concedida a palavra ao Senhor **Deputado José Cesário (PSD)** para prestação do Parecer sobre a Proposta de Lei que aprova o Orçamento de Estado para 2017. Assim, começou por frisar a carência de informação técnica adequada acerca da matéria tratada, designadamente quanto à execução de 2016 que permitiria uma abordagem comparativa, capaz de sustentar o sentido da sua evolução e adesão face à realidade, tornando-o num exercício virtual quase impossível, resumindo-se a uma mera comparação de números e rúbricas, constante dos mapas apresentados. tendo, no final, emitido opinião e defendido que o Parecer elaborado reunia condições para ser remetido à Comissão de Orçamento e Finanças, para os fins legalmente devidos. Entendeu existir matéria merecedora de aprofundamento em sede de especialidade, a qual vai referida na opinião que emitiu no seu Parecer.

Intervieram seguidamente os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Santos (PS) para cumprimentar o Autor pelo esforço analítico efetuado, nada fácil, embora não tenha conseguido entender as suas preocupações acerca das dotações prevista para o MNE, pois está previsto um aumento de 1,2 milhões de euros no orçamento do Ministério, incluindo o próprio Instituto Camões, pelo que, referiu, poderá ter existido uma deficiente leitura e ou interpretação dos mapas. E realçou a expansão do ensino do português, que passará a estar enquadrado no sistema integrado de ensino.

Pedro Filipe Soares (BE) que começou por felicitar o autor, até pelo facto de ter emitido opinião acerca da Proposta em apreço. Relembrou o facto de ter existido mais uma semana para a discussão parlamentar da Proposta, sem que, porém, tenham chegado os mapas adicionais, essenciais à interpretação e a avaliação da mesma, concluindo ter sido perdida uma boa oportunidade para o Parlamento poder melhorar a sua prestação no presente domínio.

Carla Cruz (PCP) que declarou acompanhar o teor do Relatório, por se factual. E solicitou que fosse corrigida a data nele mencionada de audição do MNE que será a 7 e não a 8 de novembro.

José Cesário (PSD) para agradecer os comentários e intervenções registadas a propósito do seu trabalho. Desejou que estivesse enganado relativamente às dotações orçamentais

previstas para o MNE, embora pense, seguramente, não estar. Com efeito, dos 101 colaboradores consulares, apenas 7 poderão vir a integrar os respetivos quadros, dado serem essas as vagas para as quais foram abertos concursos. Do aumento previsto de 4 milhões de euros, estão consignadas cativações até 25%, mormente em áreas socialmente relevantes, sendo que, após o debate de ontem na RTP, ficou muito preocupado com o futuro do associativismo das comunidades no estrangeiro.

Submetido a votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do CDS/PP.

Relativamente aos **Pontos 4. e 5. da OD**, referiu o Senhor **Presidente** ter sido solicitado o adiamento das respetivas apresentações por parte dos seus autores, tendo unanimemente ficado estabelecido que as mesmas viessem a ocorrer em sessão posterior.

Ponto 6.

Neste Ponto, foi concedida a palavra á Senhora **Deputada Isabel Santos (PS)** para apresentação do seu Relatório relativo às iniciativas operacionais na cooperação entre a EU e a Turquia no domínio da migração. Por solicitação da mesma, ficou decidido que a sua apresentação integrasse também a matéria referida no Ponto 8., dada a proximidade temática entre iniciativas, tendo sumariamente explicado em que medida uma delas entronca na outra. Dada a explicação, referiu que o teor da Com(2016)634, ainda por distribuir, estar já refletida no teor do seu Relatório. Prosseguiu, revendo o conjunto de medidas de colaboração entre a UE e a Turquia no presente domínio. Na sua opinião, marcada por alguma contenção, lamentou a confusão feita entre a questão dos vistos e a questão migratória e humanitária, tendo realçado que apenas 14% dos deslocados buscam morada em países industrializa, realçando o facto de a população turca se ter mobilizado para receber os refugiados, posição que só foi possível pela abertura de fronteiras durante a crise síria, aspeto que muito apreciou na postura das autoridades turcas. No acordo com a Turquia, a UE está a fazer algo de inadmissível, ou seja, a repatriar gente para áreas e países que cumprem deficientemente os ditames dos direitos humanos. Referiu, ainda que, neste momento, a Grécia possui já mais do dobro dos refugiados que pode albergar, seno que a União não consegue recolocar 160



mil refugiados que se encontram na Grécia e em Itália, ilustrando a falta de vontade e liderança europeia capaz de enfrentar o discurso xenófobo da extrema-direita europeia. Muito menos se encontra em vias de resolução a questão, gravíssima, do tráfico de seres humanos, pois a capacidade de adaptação das organizações de combate ao crime é muito deficiente. Referiu que a Turquia alberga hoje cerca de 3 milhões de deslocados, estando já a limitar acessos e corredores de acesso (atualmente, apenas 2, onde passam 200 pessoas por dia). Por todo o referido, não consegue acreditar no plano europeu que se desenha, pois a tal velocidade, demorariam 26 anos a resolver a situação. Concluiu, referindo que o seu Relatório reunia condições de ser remetido á CAE, para os fins regimentais previstos.

Seguidamente, intervieram os seguintes Senhores Deputados:

Paula Teixeira da Cruz (PSD) para endossar fortes felicitações à Autora pelo teor do seu Relatório. Com efeito, referiu que estas novas iniciativas nada trazem de novo, nem sendo de crer que a Turquia assuma uma posição mais benévola face à questão globalmente considerada do respeito pelos direitos humanos, esperando, por isso, que o novo Acordo UE/Turquia venha evidentemente a falhar nos seus objetivos esperados. Saliu o caso de Aleppo, um triste caso de pura barbárie humana, onde nenhuma das partes envolvidas é inocente, pois os únicos inocentes são os civis vitimados pela guerra. E sublinhou o facto de a Jordânia, exemplarmente, ter acolhido cerca de 1,8 milhões de refugiados, cerca de um quinto da sua população total.

Carla Cruz (PCP) que começou por cumprimentar, em nome do PCP, o trabalho realizado pela Autora, até pela partilha de muitas das opiniões que ali manifestou. Referiu que o Acordo UE/Turquia é alvo do seu mais vivo repúdio, tal como o fez o ACNUR e o Conselho Português para os Refugiados, por violar os direitos humanos dos migrantes, sem esquecer que muitos países europeus têm culpa no deflagrar da situação a que se chegou nos territórios em conflito. No entanto, dado não concordar com o mencionado Acordo, o PCP votará contra o Relatório em apreço.

Pedro Filipe Soares (BE) para referir que, no seu entendimento, a alteração ao Regulamento em apreço visa, fundamentalmente, retirar a Turquia de uma tabela para outra, em matéria de vistos, funcionando como moeda de troca prestada a este país para que mantenha a sua função de “tampão” para os fluxos de refugiados em trânsito para a Europa, não tendo, por isso, qualquer outra motivação substantiva. Por tal motivo, referiu, acaba por nada se referir acerca das razões da alteração de quadro, não existindo debate acerca da matéria. Embora tenda a

concordar com as posições manifestadas pela Autora do Relatório, o facto é que o BE não aprova o Quadro e, por isso, não poderia deixar de votar contra, até pelo teor do Acordo e do que ele efetivamente representa.

Interveio o Senhor **Presidente**, questionando sobre os verdadeiros motivos que levaram à mudança da Turquia nos Quadros constantes do Acordo, tendo referido que a culpa não é da extrema-direita europeia, mas sim de todos os europeus que, neste período, tiveram nas suas mãos o poder político, utilizando-o da forma que se conhece. Terminou, perguntando por que motivo não existe um número significativo de sírios na Grécia, aspeto que pôde constatar em visita recente àquele país.

Retomou a palavra a Senhora **Deputada Isabel Santos (PS)** para explicar que os refugiados sírios utilizam sobretudo as rotas balcânicas, sendo que pela Grécia e Itália circulam predominantemente migrantes com motivações económicas. Independentemente das causas destas migrações, entende ser urgente dar resposta aos motivos que as originam, aspeto que torna impossível resolver de imediato o problema, dada a até a ausência de uma liderança europeia corajosa que faça frente aos populismos.

Submetidos a votação, foram ambos os Relatórios aprovados por maioria dos deputados presentes, tendo votado favoravelmente os pertencentes ao PSD e PS e contra os pertencentes ao BE e PCP, tendo-se registado a ausência do CDS/PP.

Ponto 9.

Neste Ponto, interveio a Senhora **Deputada Ângela Guerra (PSD)** para defender que, em função da discussão dos pontos anteriores, deixou de fazer sentido, por desnecessidade, a discussão da COM(2016)634, devendo na matéria prevalecer o sentido do Parecer anteriormente aprovado, de que foi Autora a Senhora Deputada Isabel Santos. A Comissão acompanhou, por unanimidade, esta posição, tendo por isso decidido não proceder ao escrutínio da mencionada iniciativa europeia.

Ficou decido, ainda, adjudicar ao PSD a elaboração do Relatório relativo á COM(2016)635.

Ponto 10.

Dado terem chegado aos Serviços da Comissão, apenas, os contributos do Grupo Parlamentar do PS, foram os restantes Grupos instados a apresentar os seus contributos, de forma a que o Plano para a 2.^a Sessão pudesse ser discutido e aprovado já na próxima Sessão ordinária.

Ponto 11.

Na iminência da cessação de funções nesta Comissão e no Parlamento, do Senhor Deputado Jorge Moreira da Silva, tomou a palavra o Senhor **Presidente** para assinalar o momento, testemunhando o apreço de toda a Comissão e no seu nome em particular, a qualidade do trabalho que o Senhor Deputado Jorge Moreira da Silva efetuou, tendo-lhe endereçado as maiores felicidades no desempenho do cargo na OCDE para que foi escolhido.

Interveio o Senhor **Deputado Jorge Moreira da Silva (PSD)** para agradecer as palavras do Senhor Presidente, tendo ainda referido que, apesar de ter apenas cumprido um ano de mandato na Comissão, pôde constatar um enorme espírito de trabalho e de intercolaboração que é, afinal, apanágio desta Comissão, elevando a qualidade do trabalho parlamentar. Terminou, anunciando que nas suas novas funções continuará a trabalhar na área da cooperação para o desenvolvimento, esperando poder assim dignificar Portugal.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor **Presidente** declarou encerrada a reunião pelas dezoito horas e quinze minutos.



A presente reunião possui registo áudio consultável em:

http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/1SL/COM/02_CNECP/CNECP_20161025.mp3

Palácio de S. Bento, 25 de outubro de 2016

O Presidente da Comissão,

(Sérgio Sousa Pinto)



Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins
Ângela Guerra
Ascenso Simões
Carlos Alberto Gonçalves
Domicilia Costa
Isabel Santos
Joana Lima
João Oliveira
Jorge Moreira da Silva
José Cesário
Nuno Magalhães
Paula Teixeira da Cruz
Paulo Neves
Pedro Filipe Soares
Porfírio Silva
Sérgio Sousa Pinto
Carla Cruz
Fernando Jesus
Fernando Negrão

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Páscoa Gonçalves
Filipe Lobo D' Ávila
Lara Martinho
Paulo Pisco
Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Gabriela Canavilhas
Ricardo Baptista Leite

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 13/09/2017.